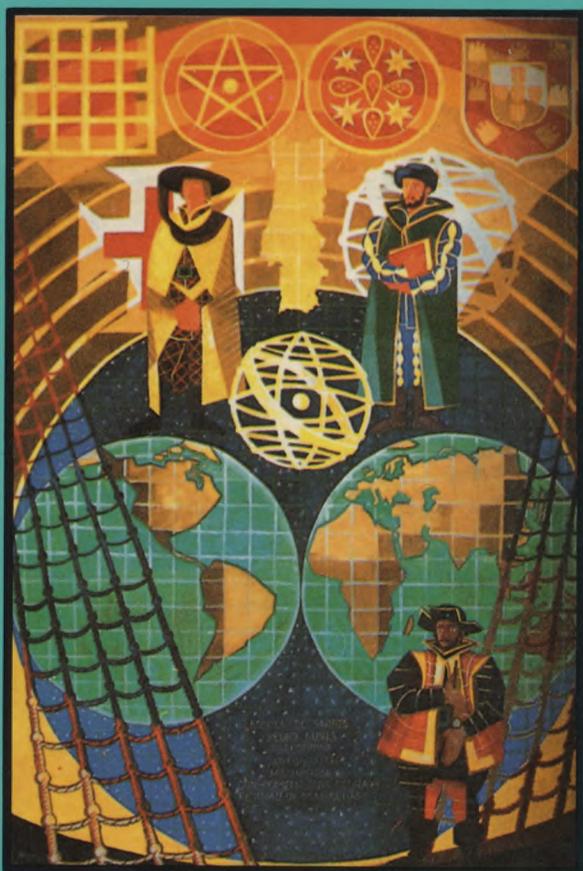


REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS 14

DESCOBRIMENTOS, EXPANSÃO E IDENTIDADE NACIONAL



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1992

RAÇAS E HISTORIA: IMAGENS NAS DECADAS FINAIS DE OITOCENTOS

Propomo-nos abrir uma outra dimensão do vastíssimo campo ideativo que se estruturou em torno da palavra *raça*. Na verdade, o domínio deste termo na episteme de oitocentos (e primeira metade de novecentos) é comparável, se quiserem, aos tentáculos de um molusco cefalópode estendidos em várias direcções. Quando começámos a explorar este tema, ficámos surpreendidos com a extensão epistémica do termo *raça*. Várias e distintas áreas científicas e literárias se preocuparam com a *raça*. Desde a Linguística à Zoologia, desde a Politologia à Antropologia, passando pela Etnologia, Medicina, Direito, Pedagogia, Economia, Sociologia e até a Poesia. Mas a História também. E, o que me parece ser relevante é que estas disciplinas tendo já o seu *corpus*, a sua identidade, as suas caixas de ferramentas, mais ou menos definidas, quase adquiriram feições racializantes ao procurarem fixar o conceito de *raça*. O que pretendo dizer é o seguinte: a Antropologia, por exemplo, no perseguimento do difícil intento de objectivar os seus contornos, isto é, dominar a *raça*, acabou por ser, em larga medida, dominada pela *raça*.

Várias pessoas com quem contacto frequentemente, zoólogos e antropólogos, aconselharam-me a colocar a *raça* entre comas por ser um termo actualmente *banido* dos léxicos científicos. A *raça* só causa problemas e não resolve nenhum problema no interior da investigação científica, nem mesmo no plano taxinómico.

Na verdade, a resposta do geneticista de nome mundial, Albert Jacquard (à pergunta: Qual o conteúdo do termo "raça"?) é a seguinte: *

* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Bolseira do I.N.I.C.

"le mot 'race' n'a pratiquement pas de contenu. Cela n'exclut pas que d'autres réponses puissent être données par les ethnologues, les psychologues, les linguistes. Mais compte tenu des implications biologiques que tant d'écrits, de doctrines et de politiques ont accrochées, de façon indélébile, au mot 'race', ne serait-il pas prudent de l'éliminer, comme on fait d'un outil inutile et dangereux?" 0).

E no mesmo sentido se pronuncia François Jacob, que, evidentemente, dispensa apresentação. Nas suas palavras, "— le concept de race a perdu toute valeur opératoire, et ne peut que figer notre vision d'une réalité sans cesse mouvante; — Le mécanisme de transmission de la vie est tel que chaque individu est unique, que les individus ne peuvent être hiérarchisés, que la seule richesse est collective: elle est faite de la diversité. Tout le reste est idéologie" (2). É claro que muitos cientistas, à semelhança de Albert Jacquard e François Jacob, apagaram o termo raça dos seus léxicos. A sua decisão fundou-se em imperativos de ordem científica e ideológica que não cabe esmiuçar aqui.

Raça é um termo da linguagem corrente, de etimologia obscura, que ganhou direito de uso científico com a história natural iluminista (Buffon, Lineu, Kant e outros) mas que até hoje não foi possível precisar com rigor. No final do séc. XIX a questão das raças humanas cativou muitos cientistas e apaixonou a opinião pública letrada. Se o entusiasmo pelas investigações em tomo das raças era muito vivo, não podemos esquecer que as várias perspectivas avançadas divergiam significativamente, tornando-se por isso difícil estabelecer uma teoria consensual que unisse a comunidade científica. O problema fundamental residia nos frustrantes resultados da craniologia. Com efeito, a craniologia procurava dividir a humanidade em raças naturais a partir de distinções morfológicas mas não conseguiu alcançar o seu propósito, nem mesmo recorrendo aos métodos antropométricos cada vez mais difundidos e utilizados na investigação antropológica. Estas dificuldades levaram alguns cientistas a suspeitar que o problema das raças humanas era um falso problema. Entre eles deve referir-se

O Albert Jacquard, "À la recherche d'un contenu pour le mot 'race': la réponse du généticien", in *Le racisme: mythes et sciences*. Sous la direction de Maurice Olender, Bruxelles, Ed. Complexe, 1981, p. 39.

(2) François Jacob, "Biologie — Racisme — Hiérarchie", in *Le racisme: mythes et sciences, ob. cit.*, p. 109.

o célebre antropólogo Paul Topinard (1830-1911), que concluía nos anos 80 do séc. XIX o seguinte: se a craniometria e mais alargadamente a antropometria com os seus métodos ultraprecisos e matemáticos não podem operar as distinções entre as raças, isto é, estabelecer uma tipologia racial da espécie humana, então é porque a raça não passa de um produto da imaginação humana (3). Mas, mesmo aqueles cientistas que, como Topinard, ficavam decepcionados com os resultados aritméticos e reconheciam a extrema dificuldade em objectivar as diferenças raciais da humanidade (diferenças que, de resto, se observam a olho nu) não abandonaram o problema das raças e construíram várias escalas, não exactamente das raças, mas dos diferentes tipos antropológicos característicos de cada raça (4).

Portanto, apesar da consciência de que nem os métodos físicos e matemáticos podiam fundar a hierarquização racial da humanidade, desenvolveu-se neste final do séc. XIX uma doutrina racista, designadamente com P. P. Broca, Paul Topinard, o americano W. Z. Ripley, Otto Ammon, Artur Gobineau, Chamberlain, Vacher de Lapouge, Gumpłowicz, Haeckel e entre nós Oliveira Martins e Teófilo Braga.

Antes de avançar com a abordagem de algumas perspectivas otocentistas, entre as quais se destaca a de Oliveira Martins, faço questão de lembrar algumas banalidades:

1ª — Hoje, muitos dicionários e léxicos da antropologia, sociologia e psicologia omitem o termo raça. Não porque se queira fazer da raça um tabu, mas porque a equivocidade do termo se sobrepõe a toda a tentativa de delimitação e precisão da sua carga semântica.

2ª — Biologicamente considerada, a raça não é uma categoria rigorosa e clara pois os diversos critérios de definição de grupos raciais — sejam os morfológicos (forma dos cabelos, cor da pele, estatura, etc.), seja os genéticos (grupos sanguíneos) conduzem a divisões artificiais da espécie humana. Por isso, a classificação das populações que formam a espécie humana em raças sejam 3,30 ou 90 raças é arbitrária.

C3) Cf. textos de Topinard in *Encyclopédie Française*, tome Vil, dirigé par Paul Rivet avec la collaboration de Paul Lester, Paris, Comité de l'Encyclopédie Française Editeur, 1936, f. 7.46-9.

(4) Vide *Encyclopédie Française, ob. cil.*, 4.76-7/12; vide ainda Michael Banton, *A ideia de raça*, Lisboa, Edições 70.

3- — O preconceito da "raça pura" não tem, nem nunca teve qualquer base científica. As populações humanas são todas virtualmente mestiças e a maioria é-o de facto. Quanto mais miscigenada for uma população, maior é a sua diversidade genética, o que significa que maior é a sua capacidade em termos adaptativos e selectivos, para utilizar uma linguagem darwiniana.

4- — Não há incompatibilidade biológica, em termos reprodutivos, entre os membros da espécie humana. Sempre se soube esta verdade, mas os doutrinários da desigualdade e hierarquização racial, defensores do poligenismo, como Paul Broca, por exemplo, advogavam que a união entre raças humanas diferentes tendia para a esterilidade.

Para além destes itens não podemos, acima de tudo, esquecer que a raça não é (actualmente) um conceito historiográfico. Não esperem encontra-lo nos melhores dicionários hisfonográficos — pelo menos em língua francesa. É que a França já em 1936 pela voz autorizada de Lucien Febvre se orgulhava de ter expulso as raças da sua história. A célebre *Enciclopédia Francesa* dos anos 30 tinha como questão de honra nacional não admitir que essa figura — a raça no singular ou plural — reaparecesse em qualquer ponto do discurso historiográfico (5).

1. Raça ariana e História universal

Que relação existe entre raça e história na obra martiniana?

Entre estes dois termos existirá uma relação de causalidade, de causa-efeito? Poder-se-á falar dum determinismo racial? É a raça o motor do processo histórico? Que sentido tem a noção de "história universal"?

Em vários momentos da sua vasta obra se vê com toda a clareza que o factor determinante do processo histórico (*determinante, constitucional, estrutural* ou "estático") é "*a capacidade constitucional da raça*" (6). Dois outros factores intervêm no desenrolar da história. São eles: o *meio natural e histórico* e o *acaso*, entendendo-se por este o

(5) Cf. *Encyclopédie Française, ob. cit.* "Avant Propos" de Lucien Febvre, Avril 1936, f. 7.04-3-12.

(6) Oliveira Martins, *Política e História*, Lisboa, Guimarães Editores, 1957, volume li, (1884-1893), p. 1.

conjunto dos acidentes favoráveis ou desfavoráveis no jogo concorrencial entre os povos. O *acaso* ou o *fortuito* tanto pode ocasionar regressão no evolver como paralisação ou ainda estimular positivamente o desenvolvimento civilizacional. Todavia, o sucesso histórico duma raça depende essencialmente da sua capacidade criadora, dos seus dotes psico-morais que se revelam sobretudo no contacto com outras raças. De todas, foi a *raça ariana-europeia* aquela que triunfou na concorrência vital entre as raças humanas. Ela soube assimilar e transformar "as conquistas dos povos que encontrou no seu caminho épico, impondo o seu domínio por toda a parte onde a levou o destino de uma expansão que já hoje abraça o globo inteiro" (7). Destas palavras que ilustram sem equívocos a ideia martiniana depreende-se imediatamente que a própria história é inconcebível omitindo-se a potência mental das raças humanas e em especial do ariano. Com efeito, a "História universal" só tem sentido em função do *ariocentrismo*, já que ela é a história do ária no mundo, a história da conquista do mundo pela raça ariana, desde a Europa, a Ásia, a África, a América e a Oceania.

Epistemologicamente, esta valorização do ariano ressalta também da minorização dos povos extra-europeus cuja história só tem realmente significado em função da história do Ocidente europeu.

Nas palavras de Oliveira Martins: "Que importa, neste sentido, as histórias particulares dos americanos, dos malaios, dos africanos, pois se sabe ou se confia em que o destino final do mundo é cair todo sob o império ariano? Por isso, as histórias dos povos não arianos só nos interessam e só são dignas da nossa atenção, quando a sorte põe qualquer deles em contacto com essa civilização soberana que os há-de submeter ou exterminar" (8).

Nenhuma outra raça mostrou, até hoje, possuir uma capacidade inata para se impor e ao mesmo tempo absorver e assimilar, sendo vantajoso para ela; ou então matar e destruir, nada havendo para colher sob o ponto de vista económico ou cultural. Sempre que o ariano não beneficia ou tira vantagens das culturas e civilizações que encontra no seu caminho, ele extermina.

Desta forma procederam os latinos, os gregos, os celtas em relação aos indígenas da Europa. O mesmo fariam depois os Portugueses e Espanhóis no Brasil e nas Antilhas; o mesmo fizeram

O *Idem, ibidem*, p. 11.

(8) *Idem, ibidem*, p. 12.

os anglo-germânicos na América e na Austrália. O mesmo hão-de fazer os eslavos e anglo-saxões à China (g). Ainda de acordo com a mesma lógica darwiniana transporta o reino natural para o universo da conflitualidade de interesses entre os povos, Oliveira Martins defende que o tráfico de escravos não é matéria de julgamento ou contrição. Ele foi necessário ao projecto superior da mente ariana. E, afinal, argumenta o autor, se o comércio de escravos da África para a América é horrendo e cruel, não esqueçamos os tormentos da submissão da Península Ibérica pelos romanos. Mas sem a escravatura de outrora não seríamos hoje Portugal — *Portugal histórico*. E o Brasil não seria Brasil — um *Brasil histórico* (10). O que aqui está em causa não é, de modo algum, a defesa da escravatura mas a constatação inadjectivável de que muitos povos ultrapassaram as barreiras do natural e entraram no registo histórico de uma forma violenta, forçada e profundamente sofrida, imposta pelo povo conquistador isto é, aquele que à partida dispunha de recursos mais poderosos e meios mais eficazes no combate pela existência soberana.

Por outro lado, dos muitos exemplos da capacidade assimilativa e inventora da raça ariana, atentemos na própria religião cristã. Segundo o autor, o Cristianismo "inventado pela alucinação dum povo heroico e desgraçado, choro messiânico de uma nação esmagada" (11), foi assimilado e recriado pelo génio europeu que o moldou a si e lhe introduziu o idealismo helénico e o ritualismo jurista romano. *A superioridade da raça indo-europeia ariana perante a raça semita é perfeitamente legível na assunção do Cristianismo*. Com esta prova de superioridade intelectual e imagética do ariano a teoria martiniana coloca-nos directamente no âmbito insofismável e sempre actual do poder dialéctico da mentalidade cultural e política do Ocidente europeu.

Em finais do séc. XIX, O. Martins considerava que todas as raças históricas, exceptuando os chineses, eram já raças vencidas pela inteligência e plasticidade dos arianos. A sua vitória seria completa e "o ariano imperaria universalmente se não existissem ainda quinhentos milhões de chineses — uma terça parte da população do mundo, ocupando uma região abençoada no ponto central da

O *Idem*, *ibidem*, cf. p. 14.

(10) Oliveira Martins, *O Brasil e as colónias portuguesas*, Lisboa, Guimarães Editores, 1978, cf. p. 55 e ss. A primeira data de 1880.

(11) Oliveira Martins, *Política e história*, ob. *cif.*, p. 13.

terra" (12). A mesma perspectiva é apresentada noutras obras, designadamente em *As Raças Humanas e a Civilização Primitiva* (1881). Desta obra, selecionei uma página que passo a transmitir-vos. Julgo que ela fala por si: "O movimento de expansão e propagação dos *arioi* começado há trinta, há quarenta, há cinquenta séculos — quem sabe? — dura ainda: só concluirá já agora, quando, europeizado o mundo inteiro a história chegar ao seu termo: só quando diante da face dos brancos tiverem beijado a terra nos seus sepulcros as faces coloridas dos homens não arianos. O que sucedeu de um modo quase absoluto à Europa íbera e finia, é o que sucedeu ao Oriente drávida em menor escala; é o que se vê na América e se verá no resto da Ásia e na África. A toda a parte onde o indo-europeu for com a energia superior do seu braço, em toda a parte onde a sua civilização puder enraizar-se no solo, desaparecerão da terra exterminadas ou absorvidas com as suas civilizações, qualquer que seja o momento em que se encontrem, as nações, as hordas, as tribos, de todas as gentes. Cada raça tem uma capacidade orgânica; a civilização corresponde, pois, a um fenómeno natural étnico; mas há na terra uma civilização tipo, destruidora das passadas civilizações da Babilónia, do Egipto, do Perú, do México, destinada a destruir a última dessas civilizações particulares, a China, por isso que há uma raça superior, excepcionalmente dotada à qual compete o domínio exclusivo da terra pelas leis da concorrência vital e da selecção. Há cinquenta ou cem séculos os árias seriam uns milhares; hoje são seiscentos milhões, metade da população do mundo; então viviam num ignoto recanto do ocidente da Ásia central: hoje povoam ou dominam duas terças partes das terras, e imperam navegando em todos os mares do globo. Daqui por séculos, não muitos, sucederá às terras o que já desde o século XVI, desde Colombo, Gama e Magalhães sucede aos mares" (13).

Em síntese, diremos:

1 — Na perspectiva martiniana existe uma relação complexa e única entre raça ariana e história universal. A raça ariana é o verdadeiro sujeito de um único processo histórico com vocação universalista. O europocentrismo cultural e civilizacional é advogado em conformidade com as coordenadas epistémicas dominantes na

(12) *Idem, ibidem*, p. 15.

(13) Oliveira Martins, *As raças humanas e a civilização primitiva*, Lisboa, Guimarães e C.ª Editores, 1955, vol. I, pp. 194-195 (1ª ed. 1881, 2 vol.).

época. No horizonte final da História está inscrito o domínio total do mundo pelo ariano.

2 — O triunfo universal do ariano não é exactamente uma questão biológica (fatalidade orgânica da raça); nem uma questão teológica (providencialismo); mas é uma questão metafísica pois é à Filosofia enquanto metafísica que cabe determinar a questão da *força* que se manifesta superiormente na "capacidade ingénita" da raça ariana, isto é, nos seus dotes psicológicos.

3 — As condições externas ou o meio geo-histórico e o acaso ou fortuito podem facilitar ou dificultar o progresso de qualquer raça. Mas não constituem obstáculo ao evoluir, pois não decidem constitucionalmente o processo civilizacional que, repetimos, depende de um factor chave: a "capacidade ingénita" da raça.

Julgamos que é legítimo falar dum determinismo racialista com certa carga teológica e finalista na teoria martiniana da história.

Na verdade, a sua estratégia cognitiva, fundada na hierarquização fixa dos factores apontados, não deixa lugar para hesitações ou dúvidas. No topo da hierarquia dos factores encontrasse invariavelmente a capacidade mental das raças de modo que é o seu nível qualitativo que em última análise dita o lugar ou o não lugar das raças na história universal. A prova maior da superioridade do ariano é dada pelo próprio processo histórico.

Sem a referência primeira e central ao arianismo, a história universal ficaria reduzida a um campo cronológico aparentemente arbitrário e sem sentido.

2. *Génio português e História nacional*

Depois do traçado breve da relação entre *raça ariana* e *história universal* vamos ver quais foram os caracteres raciais que singularizaram a história de Portugal e definiram a identidade portuguesa.

Em finais do séc. XIX pouco se sabia com segurança sobre os Iberos em geral e os Lusitanos em particular. Hoje, se estou bem informada, não se sabe muito mais. Recordo que desde os inícios do primeiro milénio a.C. povos originários do centro da Europa — celtas (indo-europeus-arianos) invadiram a Península Ibérica e misturaram-se com as populações já instaladas dando origem às tribos celtibéricas. Entre o Douro e o Tejo viviam os celtiberos lusitanos. Para norte do Douro viviam os Calaios, também de origem celta.

Ora, segundo O. Martins a "raça lusitana" distinguia-se das demais tribos ibéricas, e por isso não admira que a história de Portugal seja o testemunho irrecusável da "fisionomia diferencial" portuguesa face aos castelhanos.

É nos seguintes termos que O. Martins retrata essa singularidade:

"Há no Génio português o que quer que é de vago e fugitivo, que contrasta com a terminante afirmativa do castelhano; há no heroísmo lusitano uma nobreza que difere da fúria dos nossos vizinhos; há nas nossas letras e no nosso pensamento uma nota profunda ou sentimental, irónica ou meiga, que em vão se buscaria na história da civilização castelhana, violenta sem profundidade, apaixonada, mas sem entranhas, capaz de invectivas mas alheia a toda a ironia, amante sem meiguice, magnânima sem caridade, mais que humana muitas vezes, outras abaixo da craveira do homem, a entestar com as feras. Trágica e ardente sempre, a história espanhola difere da portuguesa, que é mais propriamente épica: e as diferenças das histórias traduzem as dissemelhanças do carácter" (H).

O que distingue o português do espanhol, na pena martiniana, é esse *conjunto de traços interiores*, psico-morais de tipo temperamental, caracteriológico, emocional e intelectual, herdados dos lusitanos e em última análise provenientes da elevada dose de sangue celta assimilada por estes (15). *A diferença portuguesa não é física mas metafísica*; ou seja, ela não está situada à flor da pele, na superfície mais ou menos visível da matéria corpórea; ela vem de dentro, da potência interior. Nada de externo como o clima, a proximidade do mar ou outro elemento geo-ecológico exerce uma acção significativa na determinação da individualidade do ser português. O que conta é que a celticidade lusitânica que em lugar de se perder, foi-se definindo e por isso é legítimo, para Oliveira Martins, falar em raça portuguesa ao cabo de sete séculos de história. Com efeito, quer a ocupação romana, quer a invasão germânica e mesmo a invasão árabe não destruíram o sedimento moral lusitânico.

Quero acrescentar que, neste período, a procura da definição da alma portuguesa, para utilizar uma expressão com sabor teológico-metafísico, interessou outro gigante da cultura portuguesa: Teófilo Braga.

(14) Oliveira Martins, *História de Portugal i*, Lisboa, Publicações Europa-América, s.d., p. 22. A primeira edição é de 1879 (2 vol.).

(15) *idem, ibidem*, cf. p. 22.

A perspectiva teofiliana é, a meu ver, muito pouco ortodoxa e sobremaneira interessante já que o historiador da literatura portuguesa advoga que a singularidade anímica do povo português se identifica com o génio da raça moçárabe. Por exemplo na obra *Epopêas da Raça Mosárabe*, Porto, 1871, Teófilo Braga pretende demonstrar que a história da poesia portuguesa revela a identidade rática e etnológica de Portugal. A teoria que elaborou, denominada moçarabismo, teve o mérito de estimular as pesquisas dos fundamentos raciais e etnológicos da nação portuguesa. Sobre este tema pronunciaram-se ainda na década de 70, entre outros, Adolfo Coelho, Correia Barata, Júlio de Vilhena e Oliveira Martins.

Todos reuniram argumentos para refutar a posição teofiliana segundo a qual a nacionalidade portuguesa comporta dois elementos distintos: o moçárabe que criou a poesia épico-narrativa e dos romances e o gótico-romano, essencialmente aristocrático. Este não tendo espírito criador imitou as canções líricas dos trovadores provençais. Os dois elementos são antagónicos: o primeiro é popular, plebeu, e o segundo é aristocrático-nobre. Historicamente, foi o segundo que triunfou. À sua dominância correspondeu o recalçamento do verdadeiro espírito do povo português. Assim, a perspectiva teofiliana, alicerçada neste princípio, conclui que a decadência de Portugal provém do domínio socio-cultural e político do elemento gótico-romano, aquele que sustentou a monarquia, o catolicismo, e reprimiu o génio popular moçárabe. Tendo em vista o escopo desta lição, é preciso dizer que, em termos de cientificidade, o moçarabismo não era mais nem menos especulativo do que o lusitanismo, por exemplo. Os fundamentos etnológicos e antropológicos de ambas as teorias padeciam da mesma fragilidade e da mesma inconsistência. Com efeito, os elementos científicos disponíveis para se pensar a identidade racial portuguesa tanto autorizavam a posição teofiliana, como a de Oliveira Martins. Ontem como hoje, há cem anos ou actualmente o traçado da identidade de qualquer nação em termos antropo-etnológico-racialistas é ideo-político, de modo que posições divergentes e inconciliáveis são possíveis, mantendo-se o grau de legitimidade científica que, rigorosamente falando, é nulo. Isto não significa que se trata de um problema menor. Pelo contrário, justamente porque não é despolitizável, não pode, culturalmente falando, subestimar-se. De resto, o interesse oitocentista pela identidade rática nacional não foi episódico. Tema romântico por excelência, ele é agitado pelo séc. XIX adiante, entrando em grande forma pelo séc. XX. E não foi só com Oliveira Martins e Teófilo Braga

que a identidade nacional conheceu linhas definitórias de tipo racista. Outros vultos, sem dúvida de menor projecção na cultura portuguesa, também se pronunciaram neste sentido, o que estava perfeitamente enquadrado na mentalidade cientista de época.

3. O Africano à luz do modelo branco

Vimos que para Oliveira Martins, no âmbito da história universal, as histórias particulares dos americanos, malaios ou africanos, não têm valor, porque há uma "civilização tipo" (16) criada pelo modelo branco ariano: é a *civilização*; a civilização geral das raças superiores indo-europeias. Só elas, através da sua capacidade civilizadora, podem pôr em andamento as raças inferiores pois, estas, por si mesmas, "sem dotes próprios para saírem espontaneamente do estado selvagem ou bárbaro" (17) estariam condenadas a viver estacionadas em moldes próximos do nível zoológico, *muito aquém da experiência histórica*.

Se não há um "desenvolvimento uniforme e universal da civilização" (18) é especialmente porque as raças naturais são desigualmente dotadas em termos psicológicos. Em última instância, nenhum outro factor é responsável pelo estado em que se encontram as raças naturais do hemisfério sul. Nem mesmo o clima que, como O. Martins reconhece, pode condicionar positiva ou negativamente as expressões dos dotes intelectuais, morais, laborais e outros em qualquer raça humana. O certo é que Oliveira Martins considera que há raças humanas que não possuem recursos mentais para alcançar uma existência de nível civilizado. Entre elas estão as raças africanas. Trata-se de um postulado que decorre automaticamente do seu etnocentrismo ariano-europeu. Com efeito, as raças não arianas estão condenadas a sucumbir psicológica, cultural ou mesmo física e biologicamente perante a superioridade ariana. É que, elas não têm capacidade nem para se adaptar ao nível civilizacional ariano, nem para lhe fazer frente ou até para aceitar e reconhecer a energia superior do ariano europeu. O texto martiniano é peremptório: "(...) tudo nos demonstra a existência de raças incapazes de atingir a civilização. É

(16) Oliveira Martins, *As raças humanas...*, *ob. cit.*, p. 21 ou p. 46.

(17) *Idem, ibidem*, p. 11.

(18) *Idem, ibidem*, p. 36.

dentro dessas que abundam os exemplos de regressão espontânea ao estado selvagem de que alguma circunstância fortuita as fez sair, e em que artificialmente as manteve por algum tempo. Assim, as tribos americanas austrais, com três séculos de contacto com europeus, mostram-se incapazes de sair do estado selvagem, no qual por breve espaço pareceram ter emergido sob a domesticação factícia dos missionários. Salvo certas tribos do grã Chaco e dos planaltos chilenos que passaram à vida pastoril, todo o resto regressou ao primitivo estado de caçador. Os pele-vermelhas morreram sem se converterem; os negros de Cabinda ou de Kru, depois de visitarem a Europa ou de servirem no Brasil, marinheiros ou escravos, regressam à vida selvagem, ou entre selvagem e bárbara da costa da Guiné(...)" (19).

Claramente se vê no texto martiniano a *inferioridade contitucional* destas raças, designadamente as das colónias portuguesas do tempo. Por isso, e tendo em vista o interesse e>mansionista da Europa, isto é, a europeização da África, América, Ásia e Oceânia, impunha-se compreender o tipo de relação havida e a manter com as populações negras, índias e outras.

Vejamos o caso do *índio*. Este estava condenado ao extermínio porque se mostrava insusceptível de ser civilizado. Segundo a prosa martiniana ele não tinha aptidões para receber o estímulo progressivo das raças superiores. A sua capacidade craniana era idêntica à dos homens pré-históricos da Europa. Mas o mais grave de tudo era a sua natureza indomesticável. Ele tinha fala e por isso era homem mas ficava aquém da "capacidade de raciocinar, reflectir e ter consciência" (20). Em suma, na óptica martiniana, o índio era uma ínfima raça humana, muito próxima das bestas e, como escreve o autor, "a natureza condena à extinção os que mais próximos estão das bestas" (21). Por isso, os europeus esmagavam-nos com pólvora, álcool e epidemias; exterminavam-nos voluntária e involuntariamente: *é a lei da natureza* — concluía O. Martins.

E quanto ao *Negro*? O homem negro, argumentava Oliveira Martins, está tão próximo do antropóide que "é bem pouco digno do nome de homem" (22). Ele é um ser eternamente infantil e tal como a criança é "feroz". Por isso, tem de ser submetido a uma disciplina

(19) *Idem, ibidem*, p. 51.

(20) Oliveira Martins, *O Brasil e as Colónias, ob. cit.*, p. 129.

(21) *Idem, ibidem*, p. 130.

(22) *Idem, ibidem*, p. 254.

rigorosa para servir a *civilização* enquanto força de trabalho. Para Oliveira Martins, compete ao europeu subordiná-lo de acordo com um regime de trabalho obrigatório sob o ponto de vista legal e moral. Qualquer preocupação de filantropia bíblica ou de pedagogismos românticos seria inútil e seguramente inconsequente. Neste sentido, àqueles que se preocupavam com a educação do negro, Oliveira Martins respondia: "Porque não há-de ensinar-se a Bíblia ao gorila ou ao orangotango, que nem por não terem fala deixam de ter ouvidos e não-de entender, quase tanto como entende o Preto, a metafísica da encarnação do verbo e o dogma da Trindade? A ideia de uma educação dos Negros é, portanto, absurda não só perante a História como também perante a capacidade mental dessas raças inferiores" (23). Nem mesmo a educação religiosa deve ser ministrada ao *africano*. Ela "embrutece as raças inferiores e as classes inferiorizadas das raças cultas, enlouquecendo os povos cujos dotes e história levaram a um estado de exaltação patológica" (24). Entre esses povos está o povo judeu. Segundo Oliveira Martins, a sua religiosidade contribuiu poderosamente para a sua diferenciação étnica e para a manifestação da sua fragilidade mental e portanto da sua natureza inferior face ao ariano.

Quero acrescentar que, o juízo radicalmente negativo que Oliveira Martins pronunciava sobre o africano não era subscrito por alguns autores portugueses seus contemporâneos. Adolfo Coelho, por exemplo, acreditava que era possível fazer sair o africano da sua limitada capacidade mental. Como muitos outros cientistas e políticos europeus da época, admitiu a eficácia do cruzamento de sangue negro com sangue árabe. Julgava-se que dessa mestiçagem lenta, ao cabo de muitas gerações, resultaria um homem progressivo, embora os seus atributos psicológicos e morais ficassem muito aquém do modelo branco europeu.

Com efeito, num trabalho apresentado na Sociedade de Geografia de Lisboa em 13 de Maio de 1893, Adolfo Coelho ponderou a hipótese da fusão do homem africano com o europeu mas, recusou-a desde logo, pois embora pouco se soubesse sobre as leis da hereditariedade, julgava-se que ao nível físico o preto dominaria o branco. Assim, o cruzamento da população negra com a árabe parecia-lhe ser um meio capaz de colocar a raça negra na direcção do modelo civilizacional ariano-europeu. No entanto, Adolfo Coelho revelava,

(23) *Idem, ibidem*, p. 55.

(24) Oliveira Martins, *As raças humanas...*, *ob. cit.*, p. 37.

no fundo, algum cepticismo quanto aos resultados deste processo. É que, na verdade, não havia qualquer garantia de que o negro alguma vez pudesse tornar-se *culturalmente branco* já que o próprio árabe não tinha capacidade para tal. Sob o ponto de vista físico não havia grandes dúvidas: o africano negro dificilmente poderia tornar-se branco. Mas este facto não era impeditivo da *expansão civilizacional branca* que, de resto, advogava Adolfo Coelho, não é exactamente branca — é mais castanha e morena do que alva e loira. Basta que se pense nos gregos e nos romanos — os criadores do substracto civilizacional e cultural do arianismo (25).

Este problema preocupava sobremaneira o humanista-pedagogo Adolfo Coelho que chega a propor a selecção artificial das raças negras pelo europeu — uma espécie de engenharia genética 'avant la lettre'. É neste preciso sentido que aponta a sua comunicação ao afirmar o seguinte: Assim como "o horticultor, pelos seus processos de selecção, tirou da rosa primitiva de cinco pétalas a magnífica rosa de cem folhas do nosso jardim — um processo análogo poderia levar o negro d'África a um nível superior, fazer dele não um equivalente do europeu, mas um homem utilíssimo para a expansão e desenvolvimento da nossa civilização" (26).

A hipótese do cruzamento do negro com o branco estava fora dos horizontes do pensamento de Adolfo Coelho. Tal como outros doutrinários, argumentava que por essa via se forçava o negro a dar um salto impossível e contrário às leis da natureza. Mas, o que realmente se queria dizer é que nesse caso obrigar-se-ia o branco a dar um salto mortal, arruinando irremediavelmente a sua identidade físico-morfológica, desde a cor da pele à estrutura dos cabelos e também hipoteticamente, alienando o seu ser psico-mental.

Nas mesmas décadas finisseculares algumas vozes ergueram-se com o intuito de corrigir a imagem negra do africano veiculada por Adolfo Coelho, Oliveira Martins e outros cientistas igualmente autorizados. Entre essas vozes destacam-se: A. F. Nogueira, José Vicente Barbosa du Bocage e Teixeira Bastos. Em traços gerais, consideravam a população negra uma raça atrasada e inferior mas com capacidades para evoluir e se aperfeiçoar desde que o europeu

(25) Vide F. Adolfo Coelho, *Os povos extraeuropeus e em especial os negros d'África ante a civilização europeia*, Lisboa, Typ. da Companhia Nacional Editora, 1893. *

(26) *Idem, ibidem*, p. 39.

colonizador tivesse em consideração a natureza moral e as aptidões do africano.

A. F. Nogueira, desenvolve um conjunto de argumentos de tipo científico, embora muito problemáticos, para provar que o negro é perfectível. Recusa o monogenismo (descendência tanto do homem branco como do homem amarelo a partir do negro) e postula a descendência das raças humanas de várias espécies em tempos e regiões diferentes. Isto é, parte da hipótese poligenista. Nesta opinião, a ascendência do negro é diferente e distinta da ascendência do branco e o seu aparecimento é bastante recente. O negro sendo mais novo, ainda não teve tempo para revelar a sua capacidade civilizacional — eis em síntese o argumento principal de A. F. Nogueira. Considera ainda o autor que é possível e necessário civilizar o africano não através dos instrumentos habituais de civilização tais como a aguardente, a pólvora, o chicote e a Bíblia mas mediante uma administração eficiente, o ensino da agricultura e da "religião universal" do dever, da justiça e da moralidade (27).

A posição de A. F. Nogueira funda-se na sua experiência africana. Durante 25 anos este humanista viveu com povos supostos cruéis e ferozes. Por exemplo, os Ba-Nanheca e os Ban-Kumbi no interior de Moçâmedes. Em longas e variadas descrições concretas o autor mostra que não encontrou nos referidos povos sinais de amoralismo, selvajaria ou crueldade — nem nas relações de parentesco, nem na organização da propriedade, do poder e da sociabilidade colectiva. Daí a mensagem de optimismo que se colhe neste testemunho, apesar da consciência realista do insucesso da política colonial do estado português.

A ideia fulcral de Nogueira que popularizou a sua obra no círculo dos cientistas e literatos preocupados com a exploração cognitiva, económica e política do continente africano, reside na impugnação da ideia da inferioridade constitucional do negro e na consequente humanização da sua imagem. O autor procura demonstrar que se trata de uma raça infantil em termos de idade filogenética, sendo esta a razão pela qual o negro apresenta caracteres físicos muito próximos de uma espécie simiana e não revelou ainda a sua capacidade progressiva.

(27) Vide A. F. Nogueira, *A raça negra sob o ponto de vista da civilização da África. Usos e costumes de alguns povos gentílicos do interior de Mossa medes e as colónias portuguesas*, Lisboa, Typographia Nova Minerva, 1881.

Esta tese corroborada, entre outros, por Teixeira Bastos era perfeitamente heterodoxa e refutava a opinião de cientistas consagrados na época, tais como, J. Y. Virey, Alfred Maury, Huxley, Haeckel e Vivien de Saint-Martin.

A estes juízes etnocentristas e racistas Nogueira lembrava o que eram os povos germânicos há 2000 anos: simplesmente *bárbaros* e como se admitia, estes bárbaros tinham permanecido estacionários durante muitos milénios! Porque não havia de estar a suceder o mesmo com os povos africanos? A sua maneira de ser, de viver e de existir criava a ilusão de se tratar de uma raça improgressiva quando, na verdade, para o autor, ela apenas vivia uma fase que outros povos já tinham ultrapassado. Assim, a obra de Nogueira defende que o africano tem lugar marcado na história universal e portanto, a política de instrumentalização e infantilização do africano em vez de preparar os povos para uma coexistência harmoniosa e dignificante podia vir a desencadear uma conflitualidade negativa e odiosa de consequências imprevisíveis para ambas as partes.

Conclusão

Actualmente a raça é um termo recusado, rejeitado, banido de vários léxicos científico-culturais. Pelo contrário, na época martiniana a raça ocupava uma posição estratégica na episteme ocidental. A sua ambiguidade, a sua consistência de certo modo enigmática permitiu construir variados jogos semânticos. Com efeito, a classificação da humanidade em termos racialistas não permaneceu confinada ao campo biológico e antropológico. Transpôs todas as fronteiras disciplinares. Irrompeu no discurso historiográfico e também neste as categorias racialistas evidenciaram a sua capacidade de adaptação à textura ideopolítica de diversas narrativas, entre as quais destacámos a prosa martiniana.

Racializou-se o Ocidente. Um pouco por toda a Europa, sob a luta entre as línguas inglesa, alemã e francesa pela hegemonia cultural e científica, advogou-se o determinismo racial do processo histórico europeu. O *arianismo*, enquanto único modelo de progresso identificado com a *civilização* foi assumido consciente ou inconscientemente, de forma explícita ou implícita pela literatura historiográfica e também pelas restantes disciplinas sociais praticadas na época. A perspectiva de Adolfo Coelho ilustra tão bem esta asserção como a ideia martiniana. É verdade que Adolfo Coelho sublinha que o ariano

não é apenas, nem especialmente, uma figura alta, loura e de olhos azuis. Ele é também o homem do sul, moreno, de estatura média e olhos castanhos. E se os germanos aspiravam ao domínio do mundo, a verdade é que foi a mente grega e o espírito romano que criaram os traços identificatórios da personalidade cultural do Ocidente europeu. Mas, o que importa relevar é que a denúncia do *rediicionismo germanista do ária* não chocava com o etnocentrismo inerente à teoria do modelo único de evoluir civilizacional. Não deixa de ser sintomático que Adolfo Coelho pense na necessidade de cruzar o sangue europeu do norte com o sangue da Europa mediterrânica. Indirectamente, dá crédito à ideia da superioridade do ariano do norte, ao mesmo tempo que é levado a aceitar a ideia da decadência do europeu do sul e das periferias (28).

Em termos mais genéricos, todos os discursos referidos convergem na afirmação da superioridade do modelo civilizacional branco. Mas, mais do que superior ele é *único* já que as outras civilizações são particulares e finitas; a civilização ariana é a única que tem uma vocação universalista e uma capacidade intrínseca de se perpetuar na longa duração.

Por outro lado, quer se reconheça ao africano ou a outros povos extra-europeus faculdades para evoluir, quer se postule e sua improgessividade, o fundamental é que a expansão do arianismo não podia ficar comprometido por raças ditas inferiores. A conquista do globo pelo europeu era um processo irreversível e intravável. Assim, se os índios estavam condenados à extinção, os africanos tinham que servir a civilização universal europeia pondo à prova a sua capacidade de resistência física e de obediência psicológica. Portugal, lembra Adolfo Coelho, não podia trair a sua natureza racial ariana-europeia. Mas, porque as suas responsabilidades em África eram pesadas e porque o seu estado físico e mental acusava uma preocupante fraqueza, não era de todo despicienda a ideia de uma regermanização da Península Ibérica.

Bibliografia

STRAUSS, Claude-Lévi, *Raça e Historiar* Lisboa, Editorial Presença, Lda., 1975.

(28) Adolfo Coelho, *Os povos extraeuropeus...*, *ob. cit.*, pp. 36-38.

- Le Racisme: mythes et sciences*. Sous la direction de Maurice Olender. Bruxelles, Editions Complexes, 1981.
- BURGUIÈRE, André, *Dictionnaire des sciences historiques*, Paris, P.U.F., 1986.
- BARATA, Francisco Augusto Correia, *As raças históricas da Península Ibérica*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872.
- BASTOS, Teixeira, *Vibrações do Século*, Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1881.
- As raças históricas na Lusitania*, Lisboa, David Corazzi Editor, 1883. Bibliotheca do Povo e das Escolas, 7ª série, 55.
- As colónias portuguesas*, Lisboa, David Corazzi Editor, Empresa Horas Românticas, Bibliotheca do Povo e das Escolas, 1882.
- NOGUEIRA, A. F., *A Raça Negra sob o ponto de vista da civilização da África. Usos e costumes de alguns povos gentílicos do interior de Mossamedes e as Colónias portuguesas*, Lisboa, Typographia Nova Minerva, 1881.
- COELHO, F. Adolfo, *Os povos extraeuropeus e em especial os negros d'África ante a civilização europeia*, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 1893.
- MARTINS, Oliveira, *As raças humanas e a civilização primitiva*, Lisboa, Guimarães Editores, 1955, 2 vols.
- MARTINS, Oliveira, "A teoria do mosarabismo de Teófilo Braga" (Inédito), *Biblos*, Coimbra, 28, 1952, pp. 139-177. Sep. com uma "Nótula Explicativa" de A. da Costa Pimpão.
- MARTINS, Oliveira, *História de Portugal /*, Lisboa, Publicações Europa-América, s.d.
- MARTINS, Oliveira, *O Brasil e as colónias portuguesas*, Lisboa, Guimarães Editores, 1978.